



SIMPÓSIO INTERNACIONAL

EDIÇÃO E RECEPÇÃO DO LIVRO NA IBEROAMÉRICA DESDE O PÓS-II GUERRA MUNDIAL ATÉ 2000

20 E 21 DE JUNHO DE 2016 | FCSH/NOVA | Edifício de I&D, Sala Multiusos 2

Comissão Organizadora: DANIEL MELO (CHAM) e ISABEL ARAÚJO BRANCO (CHAM)

O LIVRO EM PORTUGAL NA DÉCADA DE 70 DO SÉCULO XX

TRANSIÇÕES E DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL

COMUNICAÇÃO

RUI BEJA

INVESTIGADOR COLABORADOR NO CLLC – UNIVERSIDADE DE AVEIRO
ECONOMISTA – MESTRE EM ESTUDOS EDITORIAIS

NOTA INTRODUTÓRIA

Fruto de trabalho desenvolvido por académicos e investigadores, é amplamente reconhecido que as competências de leitura, em particular de livros, são essenciais para a evolução intelectual do ser humano. É também consensual a relação entre o grau de conhecimento e o nível de desenvolvimento humano, cultural, social e económico dos povos.

Por parte das instituições públicas nacionais e internacionais que tutelam a área da cultura existe um conseqüente e generalizado envolvimento no estudo, acompanhamento e apoio à criação literária, à promoção da leitura e à divulgação do livro. No domínio das Indústrias Culturais e Criativas, a edição e o comércio do livro concentram as atenções das políticas públicas e acção cívica que alicerçam a evolução socioeconómica das comunidades.

A caracterização e o impacto sociocultural da actividade desempenhada por editores e livreiros em Portugal na década de 70 do século XX, no contexto dos vários desafios, oportunidades e impulsos que se colocaram face às alterações estruturais da indústria do livro

a nível mundial e às transformações sociopolíticas, culturais, económicas e de relacionamento internacional do nosso país, constitui o objectivo central da presente comunicação.

Tendo em conta o objectivo enunciado, a comunicação encontra-se estruturada em três capítulos, correspondendo os dois primeiros ao enquadramento da atividade editorial e livreira respectivamente nos períodos anterior e posterior ao 25 de Abril de 1974 e sendo o último dedicado aos pressupostos impactos potenciados pela democracia do livro na sequência e em resultado das transições ocorridas na década de 1970. Considerando a temática global do Simpósio inclui-se, quando apropriado, referências específicas ao relacionamento com o mercado ibero-americano e à participação portuguesa em feiras do livro internacionais.

Tratando-se de uma abordagem a área de estudo em construção, as dimensões de análise, compreendidas no conteúdo de cada um dos referidos três capítulos e em seguida enunciadas, situam-se numa fase intermédia em que a componente qualitativa se encontra num estágio avançado de consolidação enquanto os elementos quantitativos já identificados requerem pesquisa e validação complementar:

- Situar o estágio de divulgação do livro em Portugal na fase final do Estado Novo, escrutinando aspectos cruciais relacionados com a evolução da conjuntura política e sociocultural que precedeu o 25 de Abril de 1974 e caracterizando as práticas predominantes na actividade editorial e livreira exercida durante esse período.
- Identificar as transições que na década de 70 do século XX relevaram no mundo da educação, do livro e da leitura no nosso país, elencando iniciativas sociopolíticas que marcaram o pós-25 de Abril e aportando reflexão adicional sobre modelos de negócio e protagonistas da actividade editorial e livreira que então emergiram em Portugal e se constituíram factor determinante para a divulgação do livro e o fomento de hábitos de leitura em Portugal.
- Referenciar e compilar informação qualitativa e quantitativa, colocando enfoque nos hábitos de compra e leitura de livros, como também nas práticas de leitura e na subsequente repercussão sociocultural, tendo como objectivo evidenciar os pressupostos efeitos induzidos pelas transições ocorridas na edição e comércio do livro na década de 70 do século XX em Portugal.

A estratégia metodológica adopta as dimensões de análise antes referidas e o método integrado que releva na investigação social; neste caso, o uso numa mesma investigação de pesquisa de dados secundários complementado por entrevistas semi-directivas a protagonistas da edição que desempenharam papel relevante na década em estudo.

1. O LIVRO NOS TEMPOS FINAIS DO ESTADO NOVO

Centrada no período que medeia entre o início de 1970 e o 25 de Abril de 1974, a caracterização das práticas predominantes na actividade editorial e livreira nos anos que precederam a instauração da democracia em Portugal não dispensa a respectiva contextualização em aspectos fundamentais da conjuntura política e sociocultural de incidência nacional, e nas mudanças ocorridas na indústria do livro a nível internacional, que, no seu todo, se começaram a alterar profundamente no dealbar da década de 60 do século XX.

1.1. CONTEXTO POLÍTICO E SOCIOCULTURAL EM PORTUGAL

Num domínio que só por si tem dado lugar a múltiplas investigações sobre aspectos específicos mas de grande significado, entende-se apropriado atribuir um especial relevo ao olhar abrangente que Joaquim Vieira, jornalista e investigador de comunicação, transpõe para escrito de forma sintética e esclarecedora:

1960-1970

Os delicados equilíbrios da sociedade portuguesa, sujeitos a surdas tensões ao longo de todo o anterior decénio, tornam-se insustentáveis nos anos 60. Explode [em 1961] a guerra em África contra os movimentos nacionalistas, abandona-se os campos em busca de melhor vida, rompe-se a fina membrana que protegia a economia das contaminações externas, revolta-se a juventude. A uma época em que parecera não soprar a mais leve aragem no país, sucedem-se movimentos sociais que assumem proporções bíblicas para uma pequena nação como Portugal: um milhão de emigrantes partem para o estrangeiro, centenas de milhares de camponeses mudam-se para as grandes periferias urbanas, 150 mil militares (dos quais dois terços da metrópole) chegam a estar envolvidos em cada ano nas três frentes da guerra colonial, os estudantes afluem ao ensino superior numa escala nunca vista. Ao mesmo tempo que os turistas europeus invadem o país, pelo menos um quarto dos portugueses está em mudanças ao longo da década. [...]

Portugal vive na verdade uma série de paradoxos durante os anos 60: o desenvolvimento económico convive com persistentes sinais de subdesenvolvimento e desequilíbrios estruturais; a industrialização, criando mais e melhores empregos, não estanca a emigração; o proteccionismo económico coexiste com a invasão de empresas estrangeiras; apregoa-se o casamento económico com as colónias, mas pratica-se o acto com a Europa; o Governo opta

pelo isolamento diplomático ao mesmo tempo que os Portugueses, mercê da emigração, da guerra, da TV, do turismo e das novas tendências juvenis, nunca estiveram tão abertos às influências exteriores.[...]

O novo presidente do Conselho não se compromete, inventando logo à partida a fórmula «evolução na continuidade», para agradar à sua esquerda e à sua direita. A questão está em saber se haverá mais evolução ou mais continuidade, ou ainda se é possível descobrir e manter o equilíbrio entre uma coisa e outra. É essa a grande incógnita na transição do país para os anos 70. (2000a:23-27)

1970-1980

De forma algo difusa, pressente-se que há um tempo a recuperar, uma ordem velha a dismantelar e uma nova a construir. [...]

Depois de os dois generais que mais respeitam promoverem a publicação de um livro (autorizado por um e escrito pelo outro) dizendo que Portugal já perdeu a guerra, está dada a luz verde para o Movimento dos Capitães (rebaptizado MFA – Movimento das Forças Armadas) desencadear o 25 de Abril. [...]

Claro que a acalmia não se faz sem dor. Primeiro porque depois da embriaguez vem a ressaca, e é preciso pagar a factura dos desmandos cometidos durante a estúrdia que foi o PREC [...] Sem investimento e sem remessas dos emigrantes, tudo concorre para obrigar o Governo português à medida drástica que é negociar um empréstimo avalizado pelo exigente Fundo Monetário Internacional, impondo à população um desconfortável aperto de cinto alargado uns furos em 174/1975.

Mas os portugueses aceitam as vicissitudes, demonstrando que o jacobinismo de meados dos anos 70 não passara de um entusiasmo imaturo e passageiro (se bem que legítimo) pela súbita recuperação das liberdades. A única coisa que entendem dever fazer é mudar a orientação do Governo através da ida às urnas, quando a oportunidade lhes é oferecida (2000b:23-25).

Importa também realçar, no domínio político e sociocultural, o efeito perverso exercido pela Censura Prévia, que em Maio de 1972 passou eufemisticamente a designar-se por Exame Prévio. Uma limitação à liberdade de criação e à pluralidade e diversidade de divulgação do conhecimento e da informação, que no domínio do livro se exercia *à-posteriori* e que, com graves e insidiosas repercussões na autocensura, perdurou até 25 de Abril de 1974. Conforme consta em reflexão sobre o bloqueio

sociocultural no período do Estado Novo por via da censura (Beja, 2011), identificam-se alguns casos exemplares ocorridos já no período final do regime de Salazar e Caetano:

Em 1959, o escritor Aquilino Ribeiro, então com 74 anos de idade, foi levado a Tribunal Plenário, indiciado por delito de opinião relativo ao conteúdo do romance *Quando os Lobos Uivam*.

Augusto Abelaira, Manuel da Fonseca e Alexandre Pinheiro Torres, membros do júri que atribuiu o prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) ao livro *Luuanda*, do escritor angolano Luandino Vieira, à data preso no Tarrafal por motivos políticos, foram detidos às ordens da PIDE na sequência do assalto que a polícia política efectuou às instalações da SPE (ulteriormente extinta pelo regime) na noite de 21 de Maio de 1965.

Natália Correia, Ary dos Santos, Mário Cesariny, Ernesto Melo e Castro, Luiz Pacheco e o editor Fernando Ribeiro de Mello, foram julgados em Tribunal Plenário e condenados com multas e prisão remível, pela publicação, em 1965, do livro *Antologia de Poesia Erótica e Satírica*.

Entre 14 e 23 de Junho de 1965 foram proibidos 23 títulos e apreendidos 73 mil livros publicados pela editora “Europa – América”, de Francisco Lyon de Castro, com um prejuízo à época estimado em 700 contos.

Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa foram levadas a julgamento pelo Tribunal Plenário, em 1973, pela publicação de *Novas Cartas Portuguesas*, vindo a ser absolvidas já após 25 de Abril de 1974. [...]

No relatório da Comissão de Censura relativo a Janeiro de 1974 é referida a apreensão de quase 150 títulos, em apenas um mês. (2011:45)

1.2. INDÚSTRIA DO LIVRO EM MUDANÇA A NÍVEL INTERNACIONAL

No começo dos anos sessenta do século XX, assiste-se a uma alteração de fundo no modelo de negócio da indústria editorial, a partir dos países anglo-saxónicos. John B. Thompson caracteriza os factos e refere a sua repercussão para o futuro da indústria do livro, nos seguintes termos:

By the early 1960s the landscape of trade publishing in the United States and Britain, which had been characterized by a plurality of independent publishing firms, had begun to change. Large corporations began to take an

interest in the publishing industry at the same time as many of the owners of publishing houses became interested in selling. A wave of mergers and acquisitions swept through the industry, beginning in the early 1960s and continuing through to the present day.

[...]

The rise of the publishing corporations is a complex story which defies simple explanations. To make sense of this transformation we have to see that there were many different facts involved, some personal, some structural, and that each merger and acquisition involved some specific combination of these facts depending on the circumstances of the individuals and organizations involved. We also have to see that there were ‘push’ and ‘pull’ facts, in the sense that there were some facts that inclined or impelled a publishing house to sell and other facts that made a corporation interested in buying. (2010: 102-103).

Esta “revolução” veio a ter implicações em Portugal, ainda que com um desfazamento temporal nalgumas dimensões, pelo que apenas teve efeitos sensíveis posteriormente à década de 70 do século XX. No entanto, a actividade editorial e livreira no nosso país não passou, no período em análise, ao lado destas transformações; tanto por influência das novas ideias que começavam a circular como por alteração nas relações que mantinha com “velhos” parceiros internacionais.

É igualmente neste contexto que o clube do livro generalista Bertelsmann Lesering, cujo primeiro catálogo foi publicado em Novembro de 1950 na Alemanha, se internacionaliza. Em 1962, a Bertelsmann que contava já com quatro milhões de compradores no clube alemão fez nascer os primeiros clubes de livro noutros países europeus. Nesse ano criou em Espanha o Círculo de Lectores, com o enorme sucesso expresso na adesão de meio milhão de sócios em curto espaço de tempo. Estava aberto o caminho para a abertura de novos clubes: o ECI voor Boeken na Holanda, o France Loisirs em França e, em 1970, o Círculo de Leitores em Portugal.

1.3. SITUAÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL E LIVREIRA EM PORTUGAL

O prenúncio de mudança no mundo editorial começou a sentir-se em Portugal ainda nos anos 60. As cerca de quatro dezenas de editoras com maior expressão relativa no início dessa década aumentaram significativamente para meia centena aquando da entrada nos anos 70. Apesar das restrições censórias que vigoraram até ao

último dia do Estado Novo, o “sangue novo” veio então acrescentar dinâmica e qualidade à edição.

Nesse conjunto diversificado de novos projectos editoriais incluíam-se editoras incontornáveis na história da edição em Portugal, conforme informação divulgada pelas empresas editoriais e dados recolhidos em fontes diversas tais como relatórios associativos. De entre os projectos que tiveram início ainda na década de 1960, destaca-se: Editorial Estampa, Editorial Presença e Prelo Editora (1960), Edições Afrontamento e Edições Lidel (1963), Edições Afrodite e Publicações D. Quixote (1965), Selecções do Reader’s Digest (1967), Editora Ulmeiro (1969). Em princípios da década de 1970 foram igualmente constituídas outras editoras de relevo e com actividade diversificada, nomeadamente: Edições 70 e Círculo de Leitores (1970), Assírio & Alvim, Plátano Editora e Rei dos Livros (1972), Editorial Teorema (1973), Editora & Etc. e Editorial Vega (1974). No geral, a quantidade assinalável de editoras constituídas contribuiu para a liberdade de expressão instituída em 25 de Abril.

No seu estudo *Edição e Editores: O mundo do livro em Portugal, 1940-1970*, Nuno Medeiros identifica da seguinte forma os aspectos que caracterizam globalmente a actividade editorial no nosso país no período final do Estado Novo:

O fim da autarcia em que o Estado Novo vinha funcionando é definitivamente abalado pelas ondas de choque das eleições de 1958, amplificadas pela eclosão da guerra colonial e pelas transformações sociais dos anos 60. O mundo da edição participa activamente na configuração contextual de mudança, lançando as bases tipográficas do descontentamento e balizando os moldes da sua circulação. No mapa das mutações da paisagem do livro português é possível cartografar a modernidade temática e de géneros com inovação, redefinição e revisitação de processos e estéticas. No plano estrutural, todavia, o campo editorial nacional permanece essencialmente inalterado, mantendo abissal distância com a metamorfose que se começa a viver nos mercados maiores. Sem incorporações nem fusões, continuam a emergir projectos comercialmente sólidos, que convivem com outros puramente culturais. O papel editorial é ainda apanágio de personalização. (2010: 205).

Em resumo, pode afirmar-se que o prenúncio de viragem constituiu o detonador que levou a múltiplas mudanças. Mas seria redutor não acrescentar a predisposição que já existia em potenciais leitores, assim como a atitude proactiva de editores e livreiros

já estabelecidos e daqueles que nesse período se envolveram no mundo do livro em Portugal.

A venda directa introduzida pelas Selecções do Reader's Digest, a edição em sistema de clube do livro iniciada pelo Círculo de Leitores e a abertura de livrarias nos primeiros centros comerciais que neste período começaram a surgir, alargaram e facilitaram a escolha e o acesso ao livro, contribuindo para novos hábitos de compra e leitura de livros e para uma maior capacidade de escolha por parte dos compradores.

No domínio da divulgação do livro e fomento de hábitos de leitura, cabe aqui referir a importância que tiveram duas relevantes iniciativas: o Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, activo de 1957 a 2002, (Melo, 2005:66) e a publicação da Biblioteca Básica Verbo – Livros RTP, iniciada em 1970 e terminada em 1972 com um volume total de tiragem que excedeu os 15 milhões de livros. (Editorial Verbo, 1998: 25-28)

Relativamente ao comércio livreiro, os anos de estertor do antigo regime coincidem com o início de um período de transição no modelo e na forma de exercício da actividade, que, no princípio dos anos 70, iria passar pela abertura de livrarias nos centros comerciais então surgidos nas grandes cidades (Neves, Beja, Santos & Santos, 2014: 123). Ainda prevalecem, no entanto, os livreiros que exercem um mister personalizado e as livrarias tradicionais, de rua, que são também ponto de encontro de leitores e lugar de tertúlia de intelectuais, escritores e futuros editores de referência. Recorde-se que estas livrarias exerceram um relevante papel sociopolítico e eram locais muito vigiados pelos censores do regime, que os consideraram perigosos focos de conspiração e de divulgação de ideias e leituras contrárias à ideologia do Estado Novo:

Clara Barata e Luís Miguel Queirós são autores de um trabalho apresentado no suplemento Leituras do jornal «Público» de 11 de Junho de 1994. Chama-se *Livrarias no Regime Fascista* e nele alguns intervenientes recordam as suas experiências desse tempo: *Reunia-se aqui muita gente conotada com a oposição à ditadura* – explica Fernando Fernandes, que acompanhou todo o percurso da *Livraria Divulgação* e passou a sócio-gerente da *Livraria Leitura*. Antepassada da actual *Leitura*, a *Divulgação* foi, no Porto, ao longo da década de 60, a mais importante livraria da oposição.

Conforme palavras dos autores do texto do «Público»: *à sorrelfa, arranjavam-se os livros dos quais o regime não queria que se ouvisse sequer*

falar. Escondiam-se em vãos de estantes, paredes falsas, ou até em baldes de tinta, e só se vendiam a clientes de confiança – “por debaixo do balcão”, embrulhados em papel pardo. (Brandão, 2012)

Como seria expectável face aos condicionalismos políticos e ao obscurantismo cultural que caracterizou o Estado Novo, a actividade internacional da edição portuguesa foi pouco expressiva durante o antigo regime.

Francisco Lyon de Castro que em 1959 visitou pela primeira vez a Feira de Frankfurt, escreve na revista Livros de Portugal: «Cremos ter sido a primeira vez que um editor de Portugal expôs algumas das suas edições em Francfort e esse mérito cabe à Editora Ulisseia, num esforço que é justo assinalar». (1959:4) E termina assim o relato sobre a sua primeira experiência na maior feira internacional do livro: «Pensamos sinceramente que alguma coisa se deve fazer para que os livreiros e editores de Portugal tenham uma representação conveniente na Feira do Livro de Francfort em 1960». (Castro, 1959:6) No entanto, tardaram ainda 12 anos para que este desígnio se concretizasse, conforme consta em relatório da Grémio Nacional de Editores e Livreiros (GNEL): «Finalmente, e depois de longos anos em que o único stand de livros portugueses em Frankfurt se deveu à persistência e sentido das realidades de Publicações Europa-América, Portugal esteve representado em 1971 com um pavilhão extremamente digno, no qual se encontraram expostos os livros de 42 agremiados». (1972: 14)

Nas relações com a Iberoamérica, o Brasil recolhe naturalmente todas as atenções. Passado o tempo em que os editores portugueses mantiveram uma interacção privilegiada com o mercado brasileiro do livro, o relacionamento torna-se problemático no final dos anos 50 conforme consta em relatório do GNEL:

[...] Na realidade, findo o primeiro período das relações comerciais dos editores portugueses com o Brasil, e que se caracterizou, podemos dizê-lo sem qualquer sombra de dúvida, pela concessão de grandes facilidades no que respeita à colocação de livros portugueses naquele mercado, quer no que se refere à rapidez das transferências bancárias, quer ainda no que tocante ao estabelecimento de câmbios preferenciais, que muito nos facilitaram na exportação de livros para aquele país, dá-se início, por volta de 1958, a um período em que as dificuldades começaram a nascer, incidindo em todos os aspectos onde anteriormente não se verificavam, e que num crescendo alarmante chegaram, em 1964/65, a obstar quase

por completo às já então débeis relações comerciais no ramo editorial, existentes entre os nossos editores e os livreiros brasileiros. (1967: 27-28)

O que não impediu que fosse dada continuidade à representação portuguesa na Bienal de S. Paulo, iniciada com a sua primeira edição em 1961. Como também, após terem sido «limadas algumas arestas», foi possível o GNEL organizar em conjunto com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros [do Brasil], e com o apoio de diversas entidades públicas dos dois países, a 1ª feira do Livro Português, no Rio de Janeiro, e a 1ª Feira do Livro Brasileiro, em Lisboa, inauguradas simultaneamente no dia 11 de Outubro de 1966. (GNEL, 1967: 31-34)

2. O LIVRO EM DEMOCRACIA

Durante o Estado Novo não existiu uma política pública articulada e consistente para o livro e a leitura. Tudo girava à volta do Secretariado da Propaganda Nacional (SNP) depois rebaptizado Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), dirigido desde a constituição em 1933 e até 1949 por António Ferro, escritor e jornalista bem relacionado no meio intelectual. Salazar entregou-lhe a missão de promover a imagem cultural e ideológica do regime, acentuando que como instrumento de governo o SNP devia guiar-se pelo axioma: «politicamente só existe o que o público sabe que existe» (Antunes, 1993-20). Até Abril de 74 os poderes públicos pouco fizeram em prole da educação, do livro e da leitura, excepto a profunda reforma do ensino protagonizada por Veiga Simão em 1973, embora muito a contragosto dos falcões do regime e com intensa oposição mesmo dentro do Governo. Foi num cenário culturalmente amordaçado que o país entrou na fase derradeira do Estado Novo. No entanto, os efeitos de contexto faziam-se já sentir e os portugueses estavam ávidos de mudança.

2.1. PROMOVER A EDUCAÇÃO, O LIVRO E A LEITURA

A situação a que o país chegara durante o Estado Novo quanto aos níveis educativos, e desde logo quanto ao analfabetismo, se bem que com evolução positiva ao longo do século XX, era ainda confrangedora: «Em 1960, Portugal apresentava uma taxa de analfabetismo de 34%, enquanto trinta anos antes, em 1930, esta se situava em 62% e, em 1900, em pleno início do século XX, nos esmagadores 74%» (Teodoro & Aníbal, 2007: 14).

O livro, um livro, iria constituir-se como elemento relevante no «movimento dos capitães», a causa próxima que levou ao derrube do regime de Salazar e Caetano: *Portugal e o Futuro*, da autoria do vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general António de Spínola, publicado em 23 de Março de 1974 pela Editora Arcádia com autorização do mais alto representante da estrutura militar, general Francisco da Costa Gomes. Foi o golpe de morte no regime ditatorial. A «Revolução dos Cravos» eclodiu em 25 de Abril. Uma liberdade amplamente saudada que iria passar por um muito conturbado «processo revolucionário em curso», o PREC, antes que a normalidade democrática começasse a dar os seus frutos quando a década de 70 já se encaminhava para o fim.

Como refere José Soares Neves: «Na conjuntura revolucionária portuguesa (1974-1976) foram inúmeras as iniciativas visando a alfabetização de adultos. Entre outras, ficaram famosas as «campanhas de alfabetização» levadas a cabo por associações estudantis, bem como a acção da então Direcção-Geral de Educação de Adultos» (2011: 89).

Na educação, o período revolucionário é assim caracterizado por Eduardo Marçal Grilo:

O período considerado é, para o sector da educação, um dos períodos mais conturbados de toda a história da educação em Portugal. Durante cerca de dois anos, o País viveu nas escolas, nas universidades, no próprio Ministério da Educação uma situação caracterizada por uma incontida vontade de democratizar o sistema «alterando o que estava», a que se juntou a ideia de «sanear» o ministério e a escola de todos os elementos considerados afectos ao regime que vigorou até Abril de 1974.

A democratização rapidamente se transformou em anarquia, dado não existir liderança política capaz de conter os excessos que inevitavelmente teriam de ocorrer após cerca de cinco décadas de um regime autoritário. As alterações que se tentaram introduzir, tanto nos sistemas de ensino básico e secundário como no ensino superior, acabaram, na maior parte dos casos, por se saldar num enorme fracasso, uma vez que não havia nem estruturas nem agentes com capacidade para executar as medidas que eram pensadas nos gabinetes (1994: 406-407).

Com a estabilização do regime democrático e das respectivas instituições, foi possível iniciar-se a introdução de alterações no sistema educativo que, embora

fortemente pressionadas pela sua massificação e democratização, propiciaram as bases de um forte crescimento e a introdução de melhorias qualitativas. Como escreve o referido autor: «De uma forma genérica, pode-se afirmar que as alterações estruturais que foram sendo introduzidas a partir de 1978 assentam numa perspectiva e num fio condutor comuns, que são consagrados com a aprovação, em 1986, da Lei de Bases do Sistema Educativo» (Grilo, 1994: 409).

Quanto à divulgação do livro e ao estímulo da leitura, coubera à Fundação Calouste Gulbenkian substituir-se à inacção do Estado Novo:

A construção de uma estrutura de leitura pública em Portugal foi obra pioneira de uma instituição da sociedade civil, a Fundação Calouste Gulbenkian. Apesar do contexto político adverso, com um Estado central avesso a responsabilidades na promoção cultural, a FCG soube usar o seu estatuto jurídico-institucional de excepção para colmatar as graves lacunas existentes no sector da leitura pública (Melo, 2005: 84)

Em 1975 foi criada no âmbito do Ministério da Comunicação Social a Secretaria de Estado da Cultura, que incluía a Direcção-Geral de Acção Cultural, constando como primeira das justificações para essa iniciativa: «Considerando que o conceito de dissociabilidade da informação e da cultura resulta de uma hierarquização que, rebaixando a primeira ao nível do utilitário, chegou a rebaixar a segunda no sentido de uma especialização socialmente minoritária» (Decreto-Lei n.º 409/75 de 2 de Agosto). As políticas para o livro e a leitura postas em prática no período pós 25 de Abril são objecto do estudo sobre políticas culturais nacionais efectuado no âmbito do OAC – Observatório das Actividades Culturais, designadamente quanto aos sucessivos governos e organismos de tutela da cultura (Santos *et. al.*, 1998: 452-453).

Em 1980 foi por fim constituído o há muito considerado indispensável Instituto Português do Livro, na dependência da Secretaria de Estado da Cultura, tendo como seu primeiro responsável o escritor António Alçada Baptista que se manteve nessas funções até 1985. O apoio à edição de livros, à leitura pública e ao estímulo da leitura, inicia-se com o programa «Apoio à Edição», lançado em meados da década de 80, que constitui a primeira das medidas de políticas culturais nacionais implementadas pelo novo organismo (Neves, 2011: 96-103).

2.2. TRANSIÇÕES NA EDIÇÃO E NO PÚBLICO LEITOR

O continuado interesse pela edição foi determinante para que o livro passasse a cumprir em pleno a função de difusor privilegiado de informação e conhecimento plural e diversificado. Após o 25 de Abril foram constituídas múltiplas editoras, destacando-se projectos com início de actividade até ao final dos anos 80 que tiveram e mantêm posição de destaque na edição portuguesa: Editorial Caminho (1975), Texto Editora (1977), Antígona (1979), Gradiva (1981), Relógio de Água (1983), Editorial Notícias / Casa das Letras (1985), Livros Cotovia (1986), Quetzal (1987).

Numa perspectiva política, houve uma quantidade assinalável de editores que tiveram um papel significativo no período que precedeu a queda do Estado Novo e a sucedeu. Flamarion Maués Silva (2013) apresenta em *A edição política em Portugal: livros que tomam partido, 1968-80* um estudo detalhado da actividade desenvolvida na perspectiva da edição de carácter político. Esta tese de doutoramento em História Social mostra que existiram pelo menos 137 editoras que publicaram livros de carácter político em Portugal entre 1968 e 1980, tendo editado cerca de 4.600 títulos nesse período. No que se refere aos anos após Abril de 1974, o referido autor constata, perante os dados recolhidos e as entrevistas efectuadas que:

Um dos aspectos mais importantes de toda essa ampla difusão de livros políticos é que a história e a realidade mais recentes de Portugal começaram a vir a público e a ser conhecidas por amplas camadas da sociedade, de uma maneira totalmente diferente do que ocorria durante a ditadura. E isso certamente foi importante para ajudar a transformar o país.

Assim, as editoras de carácter político – e as obras por elas editadas – foram um destacado sujeito do processo político português, seja nos anos que antecederam ao 25 de Abril, seja no processo desencadeado a partir daquele momento.

A ligação entre edição e política nesse período foi tão forte que verificamos que a mesma conjuntura de intensificação das lutas sociais que gerou o substrato para o surgimento de muitas das editoras políticas foi também o fator que levou, quando do seu refluxo e do fim do período revolucionário, ao fechamento de muitas dessas editoras (Silva, 2013: 469).

O fim da censura e as múltiplas iniciativas editoriais nascidas com o dealbar da democracia alargaram a apetência dos leitores frequentes a temas novos ou antes

proibidos, fomentaram o interesse pelo livro em muitos outros portugueses, e a todos proporcionaram o acesso livre mas também mais fácil e melhor informado à leitura. Eduarda Dionísio resume desta forma o período compreendido entre Agosto de 1974 e Setembro de 1975, que caracteriza de «Revolução Cultural»:

Os próprios números dizem que o consumo de produtos culturais aumentou em 1975. Mais sete milhões de livros do que em 1974 (os de ciências sociais e política quase duplicam); maiores tiragens médias; mais editores e mais publicações periódicas, se bem que a sua tiragem desça – fenómeno que se regista desde 1972. Durante o Verão de 1974 começa a procura dos textos dos movimentos de libertação africanos e, sistematicamente, os clássicos do marxismo (sobretudo Lenine), numa grande rotação de novidades. Depois do 11 de Março, o panorama das vendas já não é o mesmo: apesar da política e o sindicalismo continuarem a ser os grandes êxitos editoriais, a literatura vai reaparecendo (reedições), os depoimentos pessoais e sobretudo os livros «eróticos» começam em ascensão. Em Setembro de 1975, o *boom* das novidades editoriais «de Abril» está a acabar (1994: 457).

Por outro lado, a associação virtuosa entre liberdade de expressão, progresso na gestão editorial, espírito de iniciativa dos editores e apetência dos leitores pela literatura nacional, despertou o interesse por escritores portugueses clássicos e pelos contemporâneos de créditos já firmados. Sendo que, como antes escrevi (Beja, 2012):

A estes juntam-se agora nomes até então (quase) desconhecidos. A partir da segunda metade dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, sobe à cena uma nova plêiade de autores portugueses contemporâneos de grande qualidade, como António Lobo Antunes, Dinis Machado, Eduarda Dionísio, Fernando Dacosta, Guilherme de Melo. Horácio Tavares de Carvalho, João Aguiar, João de Melo, Luísa Costa Gomes, Mário de Carvalho, Lídia Jorge, Mário Cláudio, Mário Ventura, Teolinda Gersão, Vasco Graça Moura, para além de tantos outros, com inevitável destaque para José Saramago, galardoado, em 1998, com o Prémio Nobel». (2012:70)

Massificação do ensino, fim da censura, apoio à edição, e abertura ao contacto com a edição a nível internacional, constituíram os principais factores adicionais de surgimento de novos temas e de novos públicos para a leitura em Portugal.

A evolução do número de bibliotecas existentes a nível nacional constitui igualmente um indicador bem demonstrativo da forma como progrediu o interesse dos portugueses pelo livro e, neste caso, também do incremento na facilidade de acesso e na melhoria do nível de informação. Em gráfico, o INE mostra um crescimento exponencial de cerca de 300 para 1200 bibliotecas, entre o princípio e o final da década 70-80 (Mata, 2004: 70).

A actividade internacional da edição portuguesa evoluiu também significativamente nesta década, tanto no que se refere à participação em feiras como no relacionamento com profissionais e instituições estrangeiras, abrindo caminho para iniciativas e concretizações de assinalável impacto que vieram a ocorrer em períodos subsequentes. Em síntese, é de realçar que: foi dada continuidade e estimulada a participação regular nas Feiras do Livro de Frankfurt e nas Bienais de S. Paulo; os editores portugueses estiveram pela primeira vez representados nas Feiras do Livro de Madrid de 1974 e 1975; mais de duas dezenas de editores portugueses participaram na Feira Internacional de Sófia em 1975; a APEL, que sucedeu ao GNEL, esteve representada por três membros dos seus corpos sociais no Congresso da União Internacional de Editores realizado em 1976; Portugal participou com um pavilhão próprio na Feira do Livro de Jerusalém em 1977; a APEL participou pela primeira vez e com continuidade nos anos seguintes, com um pavilhão colectivo na Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha em 1980.

No âmbito ibero-americano releva a alteração no relacionamento da edição portuguesa com o mercado brasileiro, a qual, face à crescente dimensão e ao surgimento de editores locais de grande potencial, se passou a pautar pela predominância de parcerias pontuais e específicas ou mesmo pela criação de empresas subsidiárias, em contraponto à anterior prevalência do fluxo de exportações a partir de Portugal. Num contexto mais global, a APEL estabeleceu contactos com o Grupo Ibero Americano de Editores do qual passou a fazer parte na qualidade de observador a partir de 1990, sendo que desde 2005 Portugal é membro efectivo do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC).

De entre as várias iniciativas realizadas no domínio das relações entre o nosso país e os países ibero-americanos, destacam-se os sucessos decorrentes da participação de Portugal como país homenageado da IX Bienal do Rio de Janeiro em 1999 e a participação como país convidado da Feira do Livro de Bogotá em 2013.

2.3. O CASO DO CÍRCULO DE LEITORES

A criação do clube do livro em Portugal, no primeiro ano da década de 70 do século XX, prenuncia e contribui para a mudança que, nos anos que se seguiram, fará evoluir uma comunidade então maioritariamente inculta e rural. O modelo de negócio, totalmente inovador em Portugal, seguiu os princípios fundamentais dos seus congéneres europeus: uma revista-catálogo com selecção e informação sobre os livros editados em cada género literário; um serviço pessoal e personalizado; e uma relação preço-qualidade vantajosa para os associados.

A actividade arrancou no I Trimestre de 1971. No final de 1972 o clube contava com mais de 150 000 associados/famílias. No final de 1973 o Círculo atingiu um milhão de livros vendidos. Foi também nesse ano que a Livraria Bertrand e os Livros do Brasil passaram a deter uma participação de 15%, cada, no capital social. Em 1974, os efeitos da liberdade conquistada em 25 de Abril começaram a fazer-se sentir nas obras publicadas: «No ano em que tudo mudou, O Círculo de Leitores continua a incentivar os hábitos de leitura dos portugueses – acrescentando ao seu catálogo os nomes de Nietzsche, Beckett, Sartre, Camus, Lampedusa, Queneau ou Jorge Amado – para além de poder iniciar, finalmente, a publicação de obras de debate político» (Círculo de Leitores, 2001: 9).

Com 300.000 sócios no final de 1975, o Círculo de Leitores dispunha da confiança de um expressivo universo de leitores e constitui-se como marca editorial de referência, com um índice de notoriedade pública superior a 90% e mais de 17 milhões de livros vendidos quando atingiu a primeira década de actividade. O meio milhão de associados que então contava, eram a demonstração mais evidente do sucesso alcançado. (Círculo de Leitores, 2001: 21)

A celebração do 10º Aniversário ficou marcada por um facto inédito na actividade dos restantes clubes do livro na Europa: a publicação em primeira edição. Uma prática iniciada nessa ocasião e que passou a incluir obras de grande relevância editorial e historiográfica. *Viagem a Portugal*, de José Saramago, e *O Cancioneiro Popular Português*, de Michel Giacometti, foram os primeiros livros publicados em exclusivo.

A representatividade do Círculo de Leitores no contexto da década permite generalizar, com acentuado grau de fiabilidade estatística, os dados relativos a novos públicos e novos temas. A evolução da quantidade de associados (150.000 em 1972; 300.000 em 1975; e 435.000 em 1979) é impressionante quanto a novos públicos

interessados na leitura, e o respectivo perfil manteve-se estável: 85% atendidos por Agentes em zonas urbanas e 15% atendidos via CTT em zonas rurais; 82% com idade igual ou inferior a 40 anos e apenas 18% acima deste limite; distribuição equilibrada entre sexos, com maior aproximação nos jovens com 25 anos ou menos (49% mulheres e 51% homens) e maior afastamento nos segmentos com idade superior a 26 anos (43% mulheres e 57% homens).¹ A estratificação por temas constante na síntese analítica² relativa a 1971-1979 (Beja, 2011:133) é generalizável com credibilidade dada a dimensão da amostra e significativa quanto à evolução qualitativa e quantitativa do programa editorial, sendo também notório o incremento de títulos/volumes publicados em cada ano e o surgimento de novas orientações temáticas:

Quadro 1 - Quantidade de títulos publicados por grupo temático e por ano

GRUPOS TEMÁTICOS	TOTAL	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Retratos da nossa época	138	22	15	26	25	15	14	4	8	6
Obras-primas / Clássicos	81	11	9	9	13	4	6	8	9	12
Romances históricos	18	6	3	2	2				2	3
Documentos / Biografias	45	3	4	4	5	4	11	5	3	6
Divulgação	50	3	1	3	6	3	6	8	13	7
Amor e Acção / Best-sellers	41	7	3	1			1	6	12	14
Poesia e teatro	19	4	2	4	2	2	1		2	2
Sexualidade e erotismo	21		1			6	6	2	5	1
Actualidade política	18				2	10	6			
Enigmas	19				3	3	3	3	3	4
Humor e sátira	4				1	1	1			1
História	24					6	2	4	4	8
Vida prática	40						7	17	15	1
Policial / ficção científica	21							9	8	4
Obras completas	6									6
Obras juvenis	54	3	2	2		4	1	12	12	18
Obras infantis	35					7	9	5	9	5
TOTAL	634	59	40	51	59	65	74	83	105	98

O sucesso do clube do livro em Portugal rapidamente atravessou o Atlântico pela mão da Bertelsmann em parceria com a Editora Abril e com o apoio de *knowhow*

¹ Fonte: *Nota Informativa* distribuída aos meios de comunicação social em 11 de Dezembro de 1972

² Fonte: Novidades editoriais publicadas na *Revista Círculo de Leitores* – I trimestre 1971 a IV Trimestre 1979 e em «Campanhas» concretizadas no mesmo período; agrupamento por temas com base na informação contida nos referidos documentos, com reajustamentos pontuais efectuados segundo o critério do autor para uniformização de categorias e consistência dos dados agregados para o período em análise

prestado pelo Círculo de Leitores. Em 1972, Raymond Cohen passou alguns meses em Portugal para conhecer em detalhe o modelo que, como primeiro administrador, iria utilizar no Brasil. Conforme escreve o historiador e escritor Roney Cytrynowicz:

Uma das histórias mais interessantes do mercado editorial brasileiro é a do Círculo do Livro. Criado em 1973, era uma editora que funcionava como um clube no qual os sócios recebiam periodicamente uma revista promocional com o acervo e os lançamentos, tinham uma quota obrigatória para comprar e eram atendidos a domicílio por uma rede de vendedores – sendo que os livros eram muito bem editados editorial e graficamente e seus preços estavam abaixo dos valores usuais de mercado. (2012: 1)

3. O LIVRO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL

Paul Chalus considera pacífico assumir que a capacidade de exprimir e interpretar sons e ideias, de forma escrita, constitui prova de diferenciação do ser humano relativamente a todas as restantes espécies animais, e afirma: «Tudo aquilo que aparece nas épocas cruciais da História é comparável às emergências de que falam os biólogos e certos filósofos. Assim aconteceu com a invenção da escrita, no terceiro milénio antes da nossa era» (em Febvre & Martin, 2000: 1).

Por outro lado, em manifesto para as eleições europeias de Maio de 2014, as associações que a nível europeu representam, respectivamente, escritores, editores e livreiros, invocam as características que diferenciam o livro e o continuam a manter como suporte privilegiado de desenvolvimento sociocultural:

Books convey ideas, feed the mind and make freedom of expression a reality. European citizens need to have access to books in order to understand the European democratic values which are underlying the European process. Books are key to our citizens' participation in economic, social, cultural and political life. This is especially true given the emergence of the knowledge economy and the increasing demand for literacy skills this has brought about (AAVV, 2014: 1).

É neste contexto que interessa evidenciar os impactos nos hábitos de compra e leitura de livros, nas práticas de leitura e na repercussão sociocultural da leitura, induzidos pelas transições verificadas na edição e comércio do livro na década 70 do século XX em Portugal.

3.1. HÁBITOS DE COMPRA E LEITURA DE LIVROS

Conforme já enunciado, a década 70 do século XX foi fértil em tendências e acontecimentos com influência para o futuro no que respeita a hábitos de compra e leitura de livros, tanto no que se refere à quantidade como à forma.

Um inquérito nacional levado a cabo em 1995 a uma amostra representativa da população do continente, que então tinha 15 ou mais anos e declarou saber ler e escrever (não analfabetos), propiciou as seguintes constatações:

[...] Nos grupos etários é muito clara a queda das percentagens dos leitores ao caminhar-se das idades mais baixas para as mais altas: 71% nos '15-19', e apenas 41% nos '50 e mais anos'. Correlativamente, nos níveis de instrução, as percentagens dos leitores sobem ao transitar-se das escolaridades mais baixas para as mais altas – 16% entre os que 'sabem ler mas não foram à escola', e já 92% entre os que 'detêm/frequentam os Cursos Médio/Superior' –, espelhando estes resultados a consabida relação inversa entre idades e capitais escolares assinalável em sociedades como a portuguesa, nas quais no decorrer das últimas décadas o sistema de ensino se tem alargado progressivamente a camadas cada vez mais vastas da população.

[...] Os resultados apurados mostram que o lugar por excelência utilizado pela população compradora de livros para realizarem as suas aquisições é a «livraria»: 86% declaram fazê-lo e, de entre estes, 24% «frequentemente» [...] Na hierarquia dos lugares utilizados surge depois, mas a uma larga distância, o «quiosque/tabacaria»: dos compradores são já só 39% os implicados, dos quais 8% «frequentemente». As «feiras do livro» e os «hipermercados» aparecem seguidamente com segmentos de utilizadores respectivamente de 32% e de 26%; duns e doutros, 4% e 6% «frequentemente». Os «alfarrabistas» e os «vendedores ambulantes» captam uma fracção quase marginal de livros: menos de 10%.

No âmbito do aprovisionamento feito por outros meios, digamos, «em casa», a «encomenda postal/correspondência» mobiliza 43% e a «compra à porta a um vendedor» 18% (14% e 5%, frequentemente) de quantos adquirem livros (Freitas, Casanova & Alves, 1997: 115, 158).

Estes indicadores, conjugados com os dados antes referidos em «2.2 – Transições na edição e no público leitor», serão tomados em conta para ulteriores

estudos a efectuar, com suporte nos sistemas de informação do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), nas bases de dados da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), nos arquivos da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) e no testemunho de protagonistas qualificados, no sentido de verificar o pressuposto contributo de editores e livreiros para a evolução nos hábitos de compra e leitura de livros.

3.2. PRÁTICAS DE LEITURA

De que falamos quando falamos de práticas de leitura? «Donnat, Freitas e Frank (2001) consideram que a Sociologia da Leitura como disciplina especializada se desenvolveu, do ponto de vista da pesquisa empírica, em torno de duas problemáticas, cada uma apoiada numa definição de leitura: como prática cultural e como actividade de recepção» (*apud* Neves, 2011: 27). Neste domínio, o relatório da Comissão do Livro (Moura, Cabral, Guedes & Furtado, 1986) e o inquérito sociológico aos hábitos de leitura em Portugal (Freitas & Santos, 1992), constituem-se como primeiros documentos produzidos para a tutela da cultura em Portugal.

As evidências até agora obtidas vão no sentido de uma clara coexistência entre a edição com objectivos de informação e divulgação do conhecimento e a edição com intuito lúdico e de evasão. Sendo que importa aprofundar a informação disponível que aponta no sentido da crescente predominância da vertente lúdica, por via das tendências editoriais «importadas» e do efeito decorrente da intensa utilização das modernas tecnologias de comunicação e entretenimento.

3.3. REPERCUSSÕES SOCIOCULTURAIS

As grandes linhas orientadoras deste documento subordinam-se à premissa de que a palavra escrita em geral, e o livro em particular, constituem elemento primeiro do desenvolvimento humano. A próxima fase de estudo contempla a análise de dados produzidos por instituições nacionais (INE, BNP, APEL, PORDATA) e internacionais (United Nations Development Programme, Social Progress Imperative), tendo em vista concluir sobre as repercussões da expansão do livro e dos hábitos e práticas de leitura nos indicadores de desenvolvimento humano, social, cultural e económico da população portuguesa, por comparação com o nível existente em Abril de 1974.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (2014). *Manifesto for the 2014 European elections*. Bruxelas: EWC, FEP, EBF.
- Antunes, José Freire (1993). *Salazar e Caetano: Cartas Secretas, 1932-1968*. Lisboa: Círculo de Leitores
- Beja, Rui (2011). *À Janela dos Livros: Memória de 30 anos de Círculo de Leitores*. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores.
- Beja, Rui (2012). *A Edição em Portugal (1970-2010): Percursos e Perspectivas*. Lisboa: APEL.
- Brandão, José (2012). «Os livros e a censura em Portugal». *Vidas Lusófonas Web site*. Acedido Fevereiro 25, 2015, em http://www.vidaslusofonas.pt/livros_e_censura.htm.
- Castro, Francisco Lyon de (1959). Na Feira do Livro de Francfort: Um acontecimento que deve interessar aos editores e livreiros portugueses. *Livros de Portugal*, vol. 11, 3-6.
- Círculo de Leitores (1995). *Vinte e cinco anos de livros. Vinte e cinco anos de paixão*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Círculo de Leitores (2001). *1971-2001: Crónica de uma vida de livros*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Cytrynowicz, Roney (2012, Dezembro 17). A história de um clube do livro com 800 mil sócios. *PublishNews*. Acedido Maio 27, 2016, em <http://www.publishnews.com.br/materias/2012/12/07/71420-a-historia-de-um-clube-do-livro-com-800-mil-socios>.
- Dionísio, Eduarda (1994). «As práticas culturais». In António Reis (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia* (443-489). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Editorial Verbo (1998). *40 anos Verbo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Febvre, Lucien & Martin, Henri-Jean (2000). *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Freitas, Eduardo de & Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1992). *Hábitos de Leitura em Portugal: Inquérito Sociológico*. Lisboa: Publicações D. Quixote
- Freitas, Eduardo de, Casanova, José Luís & Alves, Nuno de Almeida (1997). *Hábitos de leitura: Um Inquérito à População Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Grilo, Eduardo Marçal (1994). «O sistema educativo». In António Reis (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia* (406-435). Lisboa: Círculo de Leitores.
- GNEL (1967). *Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Geral: Ano de 1966*. Lisboa: Grémio Nacional dos Editores e Livreiros.

- GNEL (1972). *Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Geral: Ano de 1971*. Lisboa: Grémio Nacional de Editores e Livreiros.
- Mata, José (dir.) (2004). *30 Anos de 25 de Abril: Um retrato estatístico*. Lisboa: INE.
- Medeiros, Nuno (2010). *Edição e Editores: O mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Melo, Daniel (2005). «As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal (1957-1987)». *Análise Social*, vol. XL (174), 65-86.
- Moura, Vasco Graça, Cabral, Manuel Villaverde, Guedes, Fernando & Furtado, José Afonso (1986). *Relatório da Comissão do Livro (criada por despacho SEC n.º 155/85, de 5 de Dezembro)*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- Neves, José Soares (2011). *Práticas de Leitura da População Portuguesa no Início do Século XXI*. Tese de doutoramento em Sociologia, na especialidade de Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação, ISCTE/IUL, Lisboa, Portugal.
- Neves, José Soares (coord.), Beja, Rui, Santos, Jorge Alves dos & Santos, Jorge Augusto dos (2014). *Comércio livreiro em Portugal: Estado da arte na segunda década do século XXI*. Lisboa: APEL.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, Conde, I., Costa, António Firmino da, Freitas, Eduardo, Gomes, R. T., Gonçalves, C., Gonçalves, H. S., Lopes, J. M. T., Lourenço, V., Martinho, T. D., Neves, J. S., Nunes, João Sedas, Pegado, E., Pires, I. & Silva, Francisco (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Silva, Flamarion Maués Pelúcio (2013). *A edição política em Portugal: livros que tomam partido, 1968-80*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, Brasil.
- Teodoro, António & Aníbal, Graça (2007). «A Educação em tempos de Globalização. Modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal». *Revista Lusófona de Educação*, 10, 13-26. Acedido Fevereiro 27, 2015, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/627/522>
- Thompson, John B. (2011). *Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century* (reprinted). Cambridge: PolityPress.
- Vieira, Joaquim (2000a). *Portugal século XX: Crónica em Imagens, 1960-1970*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vieira, Joaquim (2000b). *Portugal século XX: Crónica em Imagens, 1970-1980*. Lisboa: Círculo de Leitores.